



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 19, v. 1
jan-jun.2023
p. 99-122

Alianças entre coletivos LGBTQIA+: articulações e re-existências em periferias de Fortaleza

(Alliances between LGBTQIA+ collectives: Articulations and re-existence in peripheries of Fortaleza)

(Alianzas entre colectivos LGBTQIA+: Articulaciones y re-existencias en las periferias de Fortaleza)

Dagualberto Barboza da Silva¹
João Paulo Pereira Barros²
Luis Fernando de Souza Benício³
Carla Jéssica de Araújo Gomes⁴
Lúcia Maria Bertini⁵

RESUMO: objetiva-se investigar a articulação de três coletivos LGBTQIA+ de Fortaleza na produção de re-existências frente aos processos de precarização da vida. Toma-se como ponto de partida a criação da EntreColetivos, rede que tem por intuito fortalecer os atos político-culturais desses coletivos. A pesquisa-intervenção foi a metodologia utilizada. Dialoga-se com estudos da Psicologia Social que têm se voltado às temáticas das violências, tecendo diálogos com autores pós-estruturalistas, como Deleuze, Guattari e Butler, e críticos à colonialidade, como Mbembe e Achinte. Na seção de resultados, destacam-se: 1) a invenção e as ações da EntreColetivos no debate sobre Estado, processos de vulnerabilização e produção do comum entre juventudes LGBTQIA+ de periferias; 2) a realização de sarau como criação de re-existências LGBTQIA+ frente a dinâmicas necropolíticas.

PALAVRAS-CHAVE: precarização; LGBTQIA+; juventudes; periferias; re-existência.

Abstract: this article investigates the articulation of three LGBTQIA+ collectives in Fortaleza in the production of re-existences in the face of the processes of precarization of life. As a starting point, the foundation of the network EntreColetivos was chosen, which aimed to strengthen the political and cultural acts of those three collectives. The methodology used was intervention research. In the conceptual treatment of data, contributions from the Social Psychology are summoned, in dialogue with the themes of violence, weaving dialogues with post-structuralist authors, such as Deleuze, Guattari and Butler, and critics of coloniality, such as Mbembe and Achinte. In the results section, stand out: 1) the formulation and actions of the EntreColetivos, regarding the debate on State, vulnerability processes and production of common space among LGBTQIA+ youths from the outskirts; 2) the realization of sarau as a creation of LGBTQIA+ re-existences in the face of necropolitical dynamics.

Keywords: precariousness; LGBTQIA+; youths; peripheries; re-existence.

Resumen: el objetivo es investigar la articulación de tres colectivos LGBTQIA+ de Fortaleza en la producción de re-existencias frente a los procesos de precarización de la vida. El punto de partida es la creación de EntreColetivos, una red que pretende potenciar los actos político-culturales de estos colectivos. La investigación de intervención fue la metodología utilizada. Se dialoga con estudios de Psicología Social que se han centrado en los temas de la violencia tejiendo diálogos con autores post-estructuralistas, como Deleuze, Guattari y Butler, y críticos de la colonialidad, como Mbembe y Achinte. En la sección de resultados, destacamos: 1) la invención y acciones de EntreColetivos en el debate

1 Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. E-mail: dalgobarboza92@gmail.com

2 Docente do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. E-mail: joaopaulobarros@ufc.br

3 Docente do Centro Universitário Christus. E-mail: luisf.benicio@gmail.com

4 Mestranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. E-mail: carlajessicagomes@alu.ufc.br

5 Doutoranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. E-mail: lubertini.ce@gmail.com

 Artigo licenciado sob forma de uma licença Creative Commons [Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). (CC BY-NC 4.0)

Recebido em 02/02/2023
Aceito em 03/04/2023

sobre el estado, procesos de vulnerabilidad y producción de lo común entre jóvenes LGBTQIA+ de las periferias; 2) sarau en la creación de re-existencias LGBTQIA+ frente a dinámicas necropolíticas.

Palabras clave: precariedad; LGBTQIA+; juventud; periferias; reexistencia.

1 Introdução

O presente artigo se propõe a investigar a articulação de três coletivos LGBTQIA+⁶ atuantes em diferentes territorialidades periféricas de Fortaleza na produção de re-existências frente aos processos de precarização da vida presentes nesses contextos. Trata-se de uma investigação específica que fez parte da pesquisa guarda-chuva “Juventude e violência urbana: cartografia de modos de subjetivação na cidade de Fortaleza”, desenvolvida por um grupo de psicólogos atuantes em um laboratório ligado ao Departamento de Psicologia e ao Programa de Pós-Graduação de Psicologia de uma universidade pública cearense que realiza pesquisas, atividades de ensino e ações de extensão universitária sobre aspectos psicossociais da violência, dos processos de exclusão social e das resistências tecidas em periferias urbanas frente a tais problemáticas.

Através da pesquisa guarda-chuva, o grupo autor estuda e propõe ações extensionistas relacionadas a modos de subjetivação decorrentes de expressões da violência, considerando contextos periféricos urbanos e investigando movimentos juvenis e suas práticas de resistência na contemporaneidade. O primeiro autor deste artigo integrou um coletivo LGBTQIA+ atuante em uma das periferias de Fortaleza e, em meio a essa atuação, desenvolveu uma investigação específica sobre a aliança entre três coletivos LGBTQIA+ em periferias da capital cearense. Os coautores colaboraram com a pesquisa guarda-chuva e compuseram integralmente um dos projetos de extensão do laboratório que se realizava nos contextos em que a pesquisa aconteceu, participando da análise dos dados abordados no artigo com o autor principal.

Para entender o contexto em que o alvo da violência seguidamente é a juventude da periferia, negra e pobre, o grupo de pesquisa, entendendo haver diversas possibilidades de abordar conceitualmente a problemática da precarização da vida, compreende-a como uma situação politicamente induzida, decorrente de um contexto de políticas neoliberais e do capitalismo, em que determinadas populações sofrem consequências do esfacelamento de redes de apoio social e econômicas, ficando expostas ao dano, à violência e à morte, em níveis de precariedade e perda

6 LGBTQIA+ refere-se à comunidade de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais, *queer* (pessoas que transitam entre os gêneros feminino e masculino, e também os não binários), assexuais e outras orientações sexuais e identidades de gênero consideradas diferentes das orientações sexuais tradicionais e tidas como únicas pela sociedade - homem e mulher. O símbolo “+” foi acrescentado à sigla LGBTI para abranger outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero. Como movimento, lutam pela construção de uma sociedade livre de preconceitos, pela diversidade sexual e por dignidade, conforme Manual de Comunicação LGBTI+ Aliança Nacional LGBTI, Grupo Dignidade e rede GayLatino, criado com o objetivo de “pautar a mídia e o debate da sociedade na promoção do respeito e do empoderamento de indivíduos ainda hoje marginalizados e vulnerabilizados por diversos fatores como preconceito, estigma e discriminação”. (REIS, 2018, p. 9)



de direitos frente a desigualdades. A precariedade, nesse processo, expõe essas populações a uma série de violências que, embora não induzidas pelos aparelhos estatais, não têm sido enfrentadas com proteção e reparação suficientes. (BUTLER, 2018) Entende ainda que a vulnerabilização e a periferação de modos de viver tornados supérfluos ao capital (MBEMBE, 2017), estão imbricadas na elaboração de máscaras de silenciamento, que escamoteiam tanto as desigualdades na imposição de condições de vida precárias quanto a criatividade e persistência na vida produzidas nas margens. (KILOMBA, 2019)

O fenômeno dos homicídios da população LGBTQIA+⁷ pode ser lido como expressão das políticas de precarização, que, agenciadas pela LGBTQIAfobia, denunciam descaso, naturalização e banalização dessas mortes, em que esses corpos não importam. Sobre tal cenário, o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019) aponta a invisibilidade da violência contra a população LGBTQIA+, indicando que a ausência de dados – na esfera governamental – é uma das primeiras ocorrências que saltam aos olhos ao se tentar fazer um estudo sobre vitimização desta população, pois apenas 10 dos 26 estados e o Distrito Federal apresentaram algum tipo de dado no que se refere a homicídios dolosos contra o segmento. Mesmo assim, de acordo com o Anuário, 713 casos de lesão corporal contra LGBTQIA+ foram registrados no país em 2018, significando um aumento de 1,3% em relação ao ano anterior. (CERQUEIRA *et al.*, 2019)

Mendes e Silva (2020) situam o Brasil como o país que mais registra crimes letais contra a população LGBTQIA+ no mundo, seguido por México e Estados Unidos, de acordo com dados produzidos pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), Organização Não Governamental que, desde 1980, tem registrado homicídios e suicídios desse segmento populacional. A análise do período de 15 anos, entre 2002 e 2016, aponta que os homicídios contra LGBTQIA+ se caracterizam em geral como “crimes de ódio”, um grave problema de saúde pública que vitimiza jovens na sua maioria, principalmente pessoas transgêneras⁸.

Acerca das estratégias de enfrentamento, o GGB indica a elaboração de políticas públicas que diminuam a cultura do ódio e disseminem o respeito à diversidade. No entanto, historicamente, observa-se, pelo contrário, uma aposta em políticas de segurança com o uso de aparatos belicistas. (BENÍCIO *et al.*, 2018) Isso nos leva à problematização de como poderia ser uma aposta consistente

⁷ Notabilizamos que o uso da sigla LGBTQIA+ parte de uma série de tensionamentos políticos e sociais, ou seja, nem sempre este foi o termo utilizado para se referir às diversidades de gênero e sexualidade. Não é que lésbicas, gays, bissexuais, trans, travestis, queers, intersexos, assexuais e outras variações afetivas, sexuais e de identidades sejam uma realidade recente. O que vemos é uma movimentação política em curso para autonomar experiências amplas e complexas que não podem ser reduzidas a categorias fechadas, já que passam por constantes disputas e contestações. (SIMÕES; FACCHINI, 2009)

⁸ Sendo a transfobia um dos principais motivos das manifestações de ódio e assassinatos, adotamos a categoria LGBTQIA+ considerando a indicação dos próprios coletivos, fazendo a reflexão de que esta categoria insere a diversidade como bandeira de luta pela garantia dos direitos, e como tal, tem ressaltado o respeito às diferenças de orientação sexual e identidade de gênero nas suas diversas manifestações.



para tentar produzir efeitos minimizadores nos índices de violências perpetradas por uma cultura machista e “LGBTQIA+fóbica”, considerando-se que no esteio dessas políticas mantêm-se engendradas ações pautadas por lógicas patriarcais, racistas e cis-heteronormativas. (BORGES, 2018)

A partir de diálogo com Achinte (2017), compreendemos práticas de re-existência como dispositivos criados como estratégia de visibilização e de interpelação de processos de racialização, marginalização, exclusão e cristalização de estigmas. Contrapondo-se a mercantilizações e assujeitamentos de determinados modos de viver, permite experimentar ressignificações coletivas e autônomas. Re-existir seria, neste sentido, persistir na vida de maneira inventiva e contra-hegemônica. A noção de resistência elaborada por Foucault (1996) também é importante na inspiração de nossas discussões, pensada aqui como criação de modos e estilos outros de vida, não tomando tal noção como função puramente contraofensiva e/ou reativa em relação ao poder, já que resistir seria também conceber subjetividades insurgentes. (HUR, 2018) Todavia, considerando os diálogos entre noções de estudos críticos à colonialidade e estudos pós-estruturalistas, optamos pela grafia “re-existência”, por possibilitar marcar criativamente os atos de resistir e existir.

Neste artigo, apresenta-se o desdobramento de uma pesquisa que buscou refletir sobre tais práticas de re-existência produzidas por juventudes em territorialidades periféricas. Para isso, a pesquisa acompanhou o desenvolvimento de ações e articulações promovidas por três coletivos LGBTQIA+ de diferentes territórios de Fortaleza, que se aliançaram⁹ para constituir uma rede de coletivos juvenis, com o intento de fortalecer ações pensadas e organizadas por jovens nas margens da cidade. A invenção dessa rede, nomeada de EntreColetivos, criou uma zona de intersecção de periferias ao agenciar um comum¹⁰ entre jovens de, pelo menos, três regiões distintas.

A pesquisa-inter(in)venção, como uma base da psicologia social, adota estratégias de intervenção na experiência social em que se colocam em análise “os efeitos das práticas no cotidiano institucional, desconstruindo territórios e facultando a criação de outros modos de existência”. (AGUIAR; ROCHA, 2017, p. 657) Trata-se de uma prática institucional de *ethos* cartográfico, atenta ao processual da investigação, que se contrapõe ao modelo tradicional da pesquisa científica.

9 Em *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*, Butler (2018) fala sobre a luta política de corpos que se reúnem em busca de reconhecimento e valorização, numa perspectiva mais abrangente que um direito específico, enfocando em um direito à liberdade e ao próprio aparecimento, argumentando que esse tipo de aliança se dá num movimento de corpos conectados pela maximização da precarização de suas vidas.
10 Revel (2012) caracteriza a noção de comum como algo que “precisa ser experimentado como partilha das diferenças, ou seja, como construção de um espaço – político, subjetivo e de vida – onde cada um reforça por sua própria diferença a potência desta comunalidade com o outro” (p. 113).



Assim, a investigação esteve vinculada a uma pesquisa-inter(in)venção¹¹ financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) sobre violência urbana, juventude e modos de subjetivação, com a qual, recentemente, vimos enfocando com mais veemência práticas de re-existências frente a contextos de vulnerabilização social e precarização da vida. Em um cenário crescente de vitimização de jovens, particularmente negros e moradores de periferias da região Nordeste, em específico do Ceará (BARROS *et al.*, 2018; BENÍCIO *et al.*, 2018), buscamos destacar juventudes LGBTQIA+ de periferias em suas articulações político-culturais, tomando a articulação entre coletivos como experiência de potencialização de práticas de enfrentamento às precarizações que recaem sobre esse segmento da sociedade. A inter(in)venção ligada à investigação disse respeito à colaboração do primeiro autor do artigo na organização de ações promovidas pelos coletivos investigados, rompendo com paradigmas positivistas em pesquisa que apregoam princípios como “neutralidade” e “imparcialidade” na investigação em psicologia.

Desse modo, objetiva-se, aqui, investigar a articulação entre três coletivos juvenis LGBTQIA+ de diferentes periferias de Fortaleza na produção de re-existências frente aos processos de precarização da vida atuantes em seus territórios. Para tal, tomamos como ponto de partida as alianças formadas na rede intitulada EntreColetivos. Para dar conta dessa discussão, são apresentados ainda diálogos com estudos da Psicologia Social que tem se voltado às temáticas de violências, modos de subjetivação e sobre noções de re-existências/resistências. Ademais, tecemos diálogos com autores pós-estruturalistas, como Deleuze, Guattari e Butler, e com críticos à colonialidade, a exemplo de Mbembe e Achinte.

2 Aspectos metodológicos: inter(in)venções EntreColetivos LGBTQIA+

A proposta metodológica se delinea a partir de uma abordagem qualitativa, partindo da perspectiva da pesquisa-inter(in)venção (COLAÇO; ADRIÃO; MENEZES, 2018; COSTA; BARROS, 2020), modalidade de pesquisa que visa investigar a diversidade qualitativa da vida de sujeitos e grupos e interrogar sentidos múltiplos produzidos nas instituições presentes em seus cotidianos, desnaturalizando práticas e efeitos dessas produções. (AGUIAR; ROCHA, 2007) Segundo Colaço, Adrião e Menezes (2018), esse método questiona os princípios de objetividade, neutralidade e distanciamento, tão caros a alguns métodos de pesquisa tidos como mais tradicionais,

¹¹ Inter(in)venção é neologismo relacionado à pesquisa intervenção adotado pelo grupo de pesquisa, inserindo uma alusão à invenção, em se tratando de coletivos de arte. Trata-se de uma perspectiva de pesquisa participativa, adotada pela psicologia e por áreas afins das ciências humanas e sociais, para produzir conhecimento sobre a vida de sujeitos, grupos, instituições e territorialidades articuladamente a práticas de contestação/transformação das formas de dominação que atravessam tal contexto de pesquisa. (COSTA; BARROS, 2020)



provocando aquele que pesquisa a trazer a dimensão da implicação social em sua investigação-inter(in)venção, engajando-se no campo social em que está atuando e adotando posicionamentos éticos, estéticos e políticos condizentes com as reivindicações e as lutas dos grupos colaboradores da pesquisa.

Seguindo esta perspectiva, a presente pesquisa se realizou a partir do acompanhamento das articulações e movimentações dos coletivos juvenis da EntreColetivos, articulando, com eles, os atos político-culturais em que a rede foi acionada, buscando observar e produzir um comum a partir dos nossos encontros em diversos espaços da cidade de Fortaleza. (BARROS; KASTRUP, 2009; COSTA; MOURA JUNIOR; BARROS, 2020) Dessa forma, a pesquisa-inter(in)venção dessas alianças e movimentações político-culturais envolveu não apenas buscar acessar o comum criado entre as juventudes LGBTQIA+ dos coletivos e outros jovens, como também participar da composição desse comum.

Além disso, acompanhar tais coletivos implicou participar de movimentos de denúncia de violações de direitos e de reivindicação por políticas públicas a partir dos recortes e vicissitudes da cidade, considerando o olhar de coletivos LGBTQIA+. Tal exercício oportunizou aproximação de outros grupos e visibilização da produção de re-existências perante o alto índice de homicídios, a vitimização de jovens e a violência em áreas periféricas, forjando enfrentamentos às precarizações induzidas nesses territórios.

Neste contexto, a pesquisa aconteceu em três territórios de Fortaleza: Lagamar, comunidade de atuação do coletivo Flor no Asfalto, território inserido no Bairro Aerolândia; Conjunto Ceará, bairro de atuação do coletivo PoloTrans; e Bom Jardim, bairro de atuação do GuetoQueen, sendo todos territórios de baixo IDH¹² da cidade. (FORTALEZA, 2014) Foram acompanhados 15 encontros, entre reuniões dos coletivos Flor no Asfalto, PoloTrans e GuetoQueen, para a articulação da rede e a organização dos atos político-culturais, durante o ano de 2019, com a construção de registros da participação em diários de campo. (MEDRADO; SPINK; MÉLLO, 2014)

A participação na criação da rede, e conseqüente acompanhamento das reuniões e dos atos, foi possibilitada pelo convite de um integrante dos coletivos a um dos pesquisadores para o grupo de pesquisa fortalecer a ideia de criação de uma rede de coletivos, que já havia realizado uma ação extensionista com adolescentes e jovens que pretendiam formar um coletivo em uma região periférica de Fortaleza. Nas reuniões, o número de participantes girava em torno de seis a oito pessoas e os atos, eventos organizados em locais públicos, contavam com a presença de 20

12 O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado em 1998 em contraponto ao Produto Interno Bruto (PIB), criticado por somente considerar o aspecto econômico do desenvolvimento, passando a considerar a saúde, a educação e a renda, conforme Corbo (2017).



a 50 pessoas.

Para o estudo em referência foi considerada especificamente a participação de dois jovens gays, uma travesti e uma não binária, dos coletivos Flor no Asfalto, PoloTrans e GuetoQueen, respectivamente. Essa escolha se deu por sua presença mais assídua durante os encontros da EntreColetivos. Tais participantes foram nomeadas com os nomes escolhidos por elas próprias, e são Fábio, 29 anos, cis, gay, branco e integrante do Flor no Asfalto; Yna Travesty, 26 anos, travesti, branca e atuante no PoloTrans; Alê, 25 anos, cis, gay, negro, também do PoloTrans; e Amateus, 20 anos, não binária¹³ e negra que atua no GuetoQueen.

Houve uma primeira articulação realizada pelo coletivo Flor no Asfalto, para convidar os outros dois coletivos para pensar e organizar a rede. Não participamos dessa primeira articulação, mas de todas as subsequentes, das reuniões aos atos que acionaram a EntreColetivos. As reuniões seguintes se constituíram como espaços em que foi discutida a necessidade da criação da rede EntreColetivos, tomando como primeiro ato político-cultural para a sua “inauguração” o “Sarau do Cuca¹⁴ do Lagamar”. Tal evento foi pensado e organizado para denunciar a falta de políticas públicas e reivindicá-las para as juventudes nas periferias da cidade, tendo sido um evento que agregou pessoas de distintos territórios.

Numa busca de articulação da rede, após o primeiro ato, algumas reuniões foram realizadas no Bom Jardim, organizadas pelo coletivo GuetoQueen no Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), Organização Não Governamental de Direitos Humanos que atua no território desde 1994. Após essas reuniões, os coletivos se articularam a outros movimentos no bairro Conjunto Ceará para formular outros atos na pista de *skate* do Polo de Lazer do Conjunto Ceará contra o corte de luz deste espaço, que impedia seu uso durante a noite - o Apagão. Os encontros eram divulgados em um grupo de WhatsApp intitulado EntreColetivos e os atos que se sucederam ocorreram nas formas de saraus, festivais e oficinas, sempre divulgados nas redes sociais como Facebook e Instagram.

Vale ressaltar que, nesta investigação, valemo-nos da perspectiva de análise proposta por Barros & Barros (2013), que indica que, em uma investigação, produzir análises envolve evidenciar o processo de produção histórica das instituições, a partir da construção de analisadores. Analisadores, segundo Aguiar e Rocha (2007, p. 656), “podem ser acontecimentos, práticas ou

13 A linguagem neutra é adotada neste artigo tendo por base sua natureza inclusiva, de evolução da língua de forma a considerar pessoas transexuais, travestis, não binárias, intersexo ou que não se sintam abrangidas pelo uso do masculino genérico, conforme discussão apresentada por Oliveira (2021).

14 Os Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esportes (Cucas) são equipamentos localizados na cidade de Fortaleza e geridos pela organização social Instituto de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (Instituto Cuca) que buscam promover e desenvolver ações de formação, lazer e entretenimento, principalmente, para adolescentes e jovens de 15 a 29 anos.



dispositivos que sinalizam, mediante seu próprio modo de funcionar, aspectos impensados de uma estrutura social”, de modo a desnaturalizá-la. Assim, a construção de analisadores busca “designar pessoas, dispositivos e fatos que, por sua presença, revelam a estrutura e o funcionamento sociais, com suas divisões, privilégios, contradições, não ditos, tabus, obrigações, proibições, peculiaridades”. (MACHADO, 2017, p. 304)

Nesta pesquisa, os analisadores foram construídos desde cenas descritas nos diários de campo produzidos a partir das discussões com os participantes dos coletivos nas próprias reuniões da EntreColetivos e a partir de outras conversações no cotidiano dos atos político-culturais acompanhados. Essas “cenas analisadoras” foram selecionadas, buscando trazer à tona como a aliança desses três coletivos começou, o modo como foi sendo construída em reuniões e atos e quais as principais pautas e reivindicações que os articulavam, possibilitando refletir acerca da produção de re-existências frente aos processos de precarização da vida mobilizadas por coletivos LGBTQIA+ em territórios periféricos da capital cearense.

3 Resultados e discussão

3.1 A invenção da EntreColetivos: precarização da vida e criação do comum entre juventudes LGBTQIA+ de periferias

Os coletivos como “redes de afeto e insubmissão”, que oportunizam trocas, apoio e encorajamento recíproco, já são fartamente documentados, a exemplo dos estudos de Silva (2019), Diógenes (2020), Tavares, Pavel e Calais (2020), Silva e demais autores (2023) e Barros e demais autores (2023). No caso dos coletivos LGBTQIA+, estes têm usado espaços físicos e virtuais para, dessa forma, desestabilizar a cis-heteronormatividade e desmontar essa “normatização coercitiva” identificada pelos movimentos e se transformando em horizonte destacado por ativistas, como Pontes e demais autores (2021), em que se revelam corpos e subjetividades em busca de reconhecimento e respeito. Movimentos considerados iniciais e ainda com baixo impacto social, identificam a necessidade de novas alianças frente à espaçosa predominância da precarização cis-heteronormativa em territórios em disputa:

É pouco porque somos muitas; somos muitas porque já somos consideradas uma ameaça à ordem do sistema capitalista-patriarcal-racista-cisnormativo, tão debatido por Saffioti (2004), só por estarmos vivas, quem dirá quando sentimos as correntes que nos prendem e, em coletivo, nos movimentamos para nos libertarmos delas?! (PONTES et al., 2021, p. 113)

Frente a um panorama de intensificação dos processos que maximizam a precariedade de determinadas vidas em periferias urbanas, temos observado uma busca por fortalecimento de expressões culturais com diversificadas estéticas e linguagens praticadas por jovens através



da criação de coletivos juvenis, que vêm organizando eventos artísticos e políticos, povoando e transformando o cotidiano da cidade. (DIÓGENES, 2020) Foi nesse sentido que Fábio, integrante do coletivo Flor no Asfalto, reuniu jovens de periferias, também atuantes em coletivos, para a criação de uma rede de coletivos LGBTQIA+ de periferias de Fortaleza. Apesar do alcance e da influência limitados de rede social e comunicação via WhatsApp, lograram êxito em mobilizar os coletivos em outros territórios, agregando também a mobilização de forma presencial, através do chamamento “corpo a corpo” entre territórios.

Na primeira reunião, Fábio apresentou o Flor no Asfalto: “o Flor atua no Lagamar com debates e eventos culturais com juventudes periféricas LGBTQIA+”. (DIÁRIO DE CAMPO, 2018). Alê falou sobre o PoloTrans, que desenvolve apresentações artísticas e conversações pela cidade, e que atua no Polo de Lazer do Conjunto Ceará: “há quase dois anos *tamo* promovendo atos culturais, não só pra LGBTs, apesar dos problemas de estrutura e de segurança do Polo de Lazer”. (DIÁRIO DE CAMPO, 12/12/2018) Depois foi a vez de Amateus: “a gente é de um coletivo recente, [...] que atua através de 3 vertentes: formações e debates sobre direitos humanos para a população LGBT, audiovisual e eventos culturais; aí a gente tá aqui pra somar com a galera e aprender junto”. (DIÁRIO DE CAMPO, 12/12/2018) Essas notas dizem respeito ao primeiro encontro para a criação da rede e pactuação das primeiras articulações, o qual segue relatado a seguir:

Cena “A invenção do EntreColetivos” - Fábio explicou o motivo da reunião: “O motivo desse encontro vem de uma proposta de criar uma rede de coletivos LGBTs pra que a gente possa se fortalecer. A ideia não é que a gente tenha mais um ¹⁵trabalho, a gente sabe que cada um tem seu *rolê* e já trabalha muito. A ideia é de aproveitar que já temos os nossos rolês e buscar somar no rolê um do outro, se liga? Criar uma rede pra fazer com que a galera apareça nos eventos uns dos outros, marcando presença, contribuindo com falas políticas e apresentações artísticas”. Entre uma sugestão e outra de como a rede de coletivos poderia ser acionada, surgiu a ideia de tomar o evento de um deles, que já vinha sendo pensado pelo Flor no Asfalto e que estava programado para acontecer debaixo de um viaduto no Lagamar: “Nós do Flor *tamo* pensando um sarau pra inaugurar o CUCA no Lagamar, sim, todos sabem que não existe CUCA lá, é uma ironia, porque deveria sim existir um equipamento de juventude de acordo com o orçamento participativo do município, mas o que tem é um viaduto. A gente podia pegar esse evento pra também inaugurar a rede”, disse Fábio. Alê completou: “acho massa a ideia de criar uma rede que passa a existir já em ato pelo sarau”. Amateus falou que a rede poderia sim ser inventada ao fortalecer o sarau do CUCA do Lagamar. (DIÁRIO DE CAMPO, 12/12/2018)

A proposta de inaugurar um equipamento social diferenciado para jovens - um Cuca, que é um Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte - foi demanda apresentada pela população da comunidade do Lagamar até hoje não atendida, nesta área de ocupação onde se insere um dos três coletivos. Conhecido pelos movimentos de resistência à remoção frente a grandes projetos urbanos, como a instalação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), o Lagamar é

15 Lei complementar Nº 0076 de 18 de março de 2010, instituiu a Zona Especial de Interesse Social - ZEIS - do Lagamar.



considerado área estratégica central à cidade. Esta comunidade é conhecida pela luta a favor da reurbanização sem descaracterizar a comunidade e por posicionar-se contra projetos de interesse da especulação imobiliária, que constituem ameaças ecológicas à preservação da Bacia do Cocó, incluindo a área de manguezal. Foi reconhecida como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) da cidade de Fortaleza em 2010 depois de muita resistência. Sua população é constituída de muitas entidades que, através dos jovens, ali se organizam (AVELAR, 2012), mas estão sem o atendimento pleiteado até hoje. Assim, propõem instalar simbolicamente um Cuca do Lagamar no espaço do Viaduto, que foi o epicentro dos debates quando da instalação das obras do VLT, que restou descaracterizada com a conquista da Zeis. O Viaduto sob suas vigas hoje acolhe populações em situação de rua que chegaram ao território e se abrigam por ali, sendo alvo de ações públicas para acolhimento, mas também de sistemáticas tentativas de “limpar” o território pelos agentes públicos.

Na cena “A invenção do EntreColetivos”, notamos que a aliança entre esses jovens foi viabilizada pela reunião de corpos vulnerabilizados por imposições neoliberais, expressando-se, por exemplo, em um contexto em que inexistente ou há insuficiência de equipamentos públicos para juventudes nas periferias da cidade. Com a criação de uma rede entre coletivos juvenis de distintas periferias, é possível perceber que, frente aos processos de precarização da vida provocados pela debilidade das políticas públicas historicamente ausentes em periferias urbanas, jovens vêm buscando maneiras inventivas e coletivas de persistir e re-existir. Aqui, além do debate produzido no encontro de tais coletivos sobre distintas realidades na cidade, denunciando problemáticas nos territórios periféricos, acompanhou-se a construção solidária e proliferada de uma agenda em seus cotidianos materializando práticas de re-existências em comum como agregador da formação da EntreColetivos.

Borges (2018), ao problematizar o encarceramento em massa de jovens, aponta que o desinvestimento em políticas públicas pautadas em educação, arte, cultura e lazer tem sido acompanhado por uma gestão autoritária e criminalizante de populações pauperizadas. As operações de criminalização de expressões culturais juvenis de periferias, que não percebem como bem-vindas as atividades promovidas pelos coletivos, são exemplo da violência institucional perpetrada cotidianamente.

A inexistência de um equipamento de arte, cultura, lazer e esporte no bairro Lagamar é um exemplo, já que é notável e iminente a presença de muitos jovens, o que justificaria o investimento. Além disso, este não investimento em políticas de juventudes tem sido uma forma de fazer operar o que Mbembe define como necropolítica (MBEMBE, 2016), um mecanismo de produção e gestão



política da morte, que possui o racismo como condição para sua operacionalização. Tal mecanismo atuaria em prol da destruição massiva de determinados segmentos populacionais (BARROS et al., 2018), (des)subjetivados como “mortos-vivos” por práticas que coisificam suas existências. (MBEMBE, 2017) No caso desta pesquisa, jovens pobres, de periferias, negres e LGBTQIA+.

Costa e Barros (2019) apontam que, na percepção de jovens de uma região periférica de Fortaleza, o modelo de segurança hegemônico tem servido para maximizar a criminalização das periferias urbanas e de seus moradores. Tal processo, perpetuado por uma lógica necropolítica, atua na limitação dos trânsitos de determinados sujeitos pela cidade, notadamente jovens negres e pobres, além de legitimar ações ostensivas nos territórios estigmatizados. Além disso, essa criminalização das periferias e de suas juventudes também pode ser observada através de ações que buscam coibir manifestações juvenis em suas promoções de arte, cultura e lazer, expressas em rolezinhos, saraus, batalhas de rap, reggae e os mais diversos eventos (SILVA, 2019) organizados por coletivos de jovens, muitas vezes impedidos de realizar as ações previstas, conforme reiterado pelos coletivos que compuseram esta pesquisa.

Nas reuniões da rede, que envolveram, em alguns momentos, também outros coletivos de periferias da cidade, percebeu-se que alguns coletivos não queriam manter qualquer tipo de relação com órgãos do governo e/ou políticos; alguns outros argumentaram que, apesar de ser necessário manter esse distanciamento, era preciso ter cuidado para não confundir isso com a exigibilidade no que diz respeito ao que o Estado deveria cumprir para com os segmentos juvenis e LGBTQIA+; e outros seguiram mantendo relações com partidos políticos.

O mais comum entre aqueles que forjam a EntreColetivos é manter relações majoritariamente com outras organizações da sociedade civil, assim como com sujeitos que não fazem parte de organizações, como artistas, por exemplo, além de estarem atentos aos editais públicos para a realização dos eventos, como podemos acompanhar na cena “As bixas disputam editais mas também fazem na tora”:

Cena “Bixas disputam editais mas também fazem na tora” - Fábio: “é importante a gente se articular em rede pra disputar os editais da Prefeitura, o que tiver. Se a gente não fizer isso, o dinheiro previsto nesses editais volta, não sai do papel. Muita gente nem sabe que rola esses editais, tipo, pra eventos LGBTs; eles só prevêm um valor; e é isso, se a gente não disputar, esse valor volta”. Os modos juvenis de organizar eventos culturais não seguem uma regra, são modos diversos e se sobrepõem. A busca por financiamento não anula a preparação “na tora”: “pra resolver o rolê da iluminação lá no Bonja, a gente ligava um monte de extensão uma na outra, dava metros e metros de extensão, mas a gente num deixava de fazer não” (Amateus). Fábio complementa: “Disputar edital porque ele existe e é uma forma de mostrar que a gente faz, com ou sem edital a gente faz”. (DIÁRIO DE CAMPO, 13/01/2019)



A cena sobre as bixas disputando editais e fazendo seus eventos “na tora”¹⁶ ajuda-nos a notar as condições das redes de solidariedade, em que ao mesmo passo que observamos a resolução do problema de iluminação ligando extensões, o que pode ser tomado como uma metáfora para a coligação da vida nas periferias, também fica evidente a precariedade em que essas existências encontram-se. É preciso termos o cuidado para não invisibilizar o que é da ordem do precário contido no fazer “na tora”, mas também não perdermos a potência do fazer por extensão, no sentido de formar multidão por coligações diversas nas margens que esses coletivos têm inventado, porque:

A poética da extensão transpõe fronteiras da morte para se fazer existentes do “lado de lá” da vida, da alteridade em deslocamento, isto é, por meio da invenção de zonas de existências, lugares marcados pelo encontro, atitudes por si só de subversão das assimetrias do poder e das relações coloniais de dominação inscritas nos corpos marcados e criminalizados. (SILVA, 2019, p. 174)

A todo esse cenário está atrelado um processo de estigmatização tanto de territorialidades periféricas, reconhecidas como “zonas de morte” (MBEMBE, 2017), quanto de suas juventudes, que acabam sendo produzidas em contextos de precarização extrema. Como exemplo disso, es participantes da criação da EntreColetivos falaram sobre a dificuldade de organizar eventos nas periferias, fazendo com que os coletivos recorram a editais sem ter muita informação de como eles funcionam. Além disso, por habitarem esses lugares estigmatizados, tais juventudes passam a ser impedidas de ter uma livre circulação pela cidade, o que pode ser relacionado ao “devir-negro do mundo” (MBEMBE, 2014), reflexão elaborada para dizer de um espriamento de condições historicamente impostas a negres para os mais diversos grupos subalternizados e, portanto, tornados supérfluos ao capital. Essa noção é importante para construirmos uma compreensão dessas forças estigmatizantes nas periferias, mas sem perdermos de vista as diferenças nas operações dessas precarizações induzidas ao chegarem nos seus “corpos-alvo”, porque há uma distinção entre ser marcado por habitar uma territorialidade estigmatizada e carregar a estigmatização no próprio corpo.

As territorialidades periféricas, ao contrário do que se quer fazer crer com o estigma da violência, não são lugares homogêneos, assim como as juventudes que as habitam. (ABRAMO, 2014; MARINHO, 2019) Essa heterogeneidade de experiências juvenis fica nítida ao questionarmos as plurais condições de vida desses jovens, interseccionando, em nossas análises, os marcadores sociais da diferença que es atravessam.

¹⁶ Fazer “na tora” é uma expressão local usada em contextos em que, na realização de qualquer tipo de atividade, aposta-se na imediaticidade e no improviso, em faltando tempo e materiais “apropriados” para tal. Esta expressão cai muito bem nestas considerações sobre articulações juvenis para a realização de eventos nas periferias, porque além de dizer da falta de investimento para tais eventos, ela diz da espontaneidade e da criatividade de movimentos juvenis, característicos de movimentações sociais nômadas (HUR, 2018), na invenção de suas práticas artísticas e políticas.



Vale observar que a sigla LGBTQIA+, desde sua criação e uso, tem sido constantemente contestada e alterada, sabendo-se que ela não pode jamais encerrar em si todas as experiências relacionadas às sexualidades e aos gêneros dissidentes dos padrões cis-heteronormativos, assim como juventude não pode encerrar os sentidos de “ser jovem”, pois há que se evidenciar que outros marcadores se cruzam para tecer tais existências. (SIMÕES; FACCHINI, 2009) Utilizamos essa sigla por ter feito parte da composição do nome da rede, mas, durante a escolha, os participantes compreendiam os limites apresentados por ela.

Seguindo a ideia de composição na diferença, um dos participantes anuncia sua compreensão para a criação da rede: “vamos agregar periferias, não só LGBTs; essa proposta, diante da tentativa de regulamentação da cultura periférica, tá em a gente afirmar que a gente quer continuar fazendo nossos eventos de juventude, agregando, fortalecendo”. (ALÊ, DIÁRIO DE CAMPO, 2018) O agregar aqui evidencia tanto a busca pelo não apagamento das diferenças que compõem os coletivos em questão e suas territorialidades de atuação como a necessidade de permitir trânsitos entre periferias que possam fazer enfrentamentos às fronteiras que a morte e o medo têm erigido.

Historicamente e cada vez mais os coletivos inseridos em periferias desenvolvem circuitos independentes, traduzindo e tirando do silenciamento corpos e vozes apagados, alçando inclusive o status de movimento social, conforme descrito por Reyes (2013). Maia (2013) afirma que as transformações pelas quais os movimentos sociais vêm passando dizem respeito à necessidade de repensar a própria coexistência humana. Isso convoca a observar que modos de organização hierarquizados não deixam de existir, mas que, a exemplo de coletivos juvenis, denota-se uma busca por espaços menos burocratizados por institucionalizações.

Desse modo, coletivos juvenis, ao se articularem frente a um cenário em que nem todos têm tido o direito a ter condições dignas de existência e ao ocuparem os espaços da cidade, têm surgido como um dispositivo importante na problematização da conexão entre violência urbana, no que tange à imposição de fronteiras simbólicas que impedem a circulação entre territórios “dominados” e a precarização de políticas públicas, promovendo ações culturais pensadas e operacionalizadas por e para jovens de periferias.

Na proposta de criação da rede EntreColetivos de fortalecer o que já vem sendo realizado por movimentações juvenis, notamos a busca de criação de um comum, entendendo-o aqui como algo que precisa ser produzido pela “persistência das diferenças singulares enquanto diferenças, num agenciamento diferencial destas diferenças”. (REVEL, 2012, p. 113) Assim, a invenção dessa esfera pode ser entendida como um processo em que forças heterogêneas podem ser agenciadas em torno de uma causa comum por meio da composição de modos de fazer diversos (KASTRUP;



PASSOS, 2014), que, neste caso, seriam a organização de uma rede com a qual se pretendia potencializar os “rolês” que já existem, tornando-os ainda mais heterogêneos. Isso foi expresso pelos coletivos ao ocupar os espaços, lutar por direitos e contra a violência, por outros modos de habitar a cidade, por diversidade e por valorização das potências políticas e culturais das periferias.

Seria, então, possível dizermos que o intuito da rede de coletivos estaria na invenção de um “rolê comum”, no sentido ético e político, que se refere ao instituinte, à ampliação de sentidos: que precisa ser experimentado como partilha das diferenças, ou seja, como construção de um espaço – político, subjetivo e de vida – onde cada um reforça por sua própria diferença a potência desta comunalidade com o outro. O comum é uma construção radicalmente democrática das singularidades – onde a radicalidade desta democracia desde baixo seria uma garantia absoluta da universalidade. (REVEL, 2013)

Um marco na criação da EntreColetivos deu-se por articulações para a composição de uma série de atos em prol da retomada das obras do Polo de Lazer do bairro Conjunto Ceará e contra a falta de iluminação, ou o “apagão”, realizados na pista de skate, onde coletivos locais e de outras territorialidades têm se reunido para promover eventos de arte, cultura e lazer, a exemplo de saraus e festivais. A rede foi acionada para se agregar a esse movimento em algumas reuniões no bairro Bom Jardim, e podemos acompanhá-la através da cena “LGBTQIA+ em rede contra o apagão”:

Yna começou a falar sobre a situação do Polo de Lazer do Conjunto Ceará que está impedindo que o PoloTrans e outros coletivos juvenis promovam arte e cultura na periferia: “O Polo foi desativado pra reforma há quase um ano, mas mesmo assim a gente tava usando o espaço pros nossos eventos, porque se a gente for esperar pelo governo, né? Mas aí eles acabaram com a única coisa que tinha que eram as luzes e a gente sabe que eles tão fazendo isso pra desmobilizar, desocupar, tão simplesmente acabando com a praça e eu sei que isso não é só no Conjunto Ceará. O Estado não quer as praças vivas”. Nota-se que Yna não está falando apenas de uma falta de cuidado com a plataforma estrutural com bancos e outros equipamentos, ela está falando de um “acabar com a praça” que versa sobre um projeto que tem buscado esvaziar espaços de coletivização da vida. (DIÁRIO DE CAMPO, 22/05/2019)

Diante dos relatos de Yna Travesty, es participantes disseram que, se o sentido da criação da rede era o de fortalecer os coletivos de periferias, então seria o momento de acioná-la para pensar como essa união poderia ajudar o Polo. Yna falou que o PoloTrans e outros coletivos juvenis do bairro Conjunto Ceará já estavam pensando uma série de atos que pudessem visibilizar o “apagão”. Amateus pontuou: “É mostrar que existe o apagão denunciando que querem apagar nossas existências”. Essa observação acabou sendo tomada como um mote para pensar os atos, pois, para além de fazer uma denúncia do descaso produzido nas periferias, isto é, uma denúncia da precarização induzida nessas territorialidades, es jovens falaram da importância de continuar disputando o espaço público para afirmar as suas existências. Yna: “A gente podia aproveitar o próprio apagão que eles tão provocando e fazer um protesto com lanternas. Já tô imaginando várias



performances com lanternas, as bixas só dando o “close”, fazendo o escuro parte do nosso ato”.

A construção dos atos pró-reforma e contra o apagão no Conjunto Ceará se assemelhou com a movimentação feita para a realização do sarau no bairro Lagamar. Em ambas as situações houve a formação de um “nós” com jovens de distintas territorialidades em prol de uma causa comum, multiplicando-se a esse “nós” pessoas da própria territorialidade em que a problemática se fazia/faz presente. No caso do Conjunto Ceará, esse aliançamento foi fortalecido por coletivos locais que também têm se deparado com impedimentos relacionados à promoção de arte e cultura feita por e para jovens nas periferias, a exemplo de coletivos musicais e coletivos que pautam negritude. Constituem, desta forma, redes, que ampliam e fortalecem sua luta, contra a violência e por direitos.

Os atos pró-reforma e contra o apagão foram concebidos como atos político-culturais para ocupar a praça com oficina de produção de lambe, *stencil*, mandala, maracatu, cortejo de tambores, teatro, com realização durante a tarde e com saraus e festivais à noite. O intuito foi o de ocupar o Polo com lazer durante três sábados seguidos, com uma espécie de programação de férias para as pessoas daquela territorialidade, configurando-se como uma forma de protestar que pudesse oportunizar o que os jovens dizem que não vem sendo ofertado nas periferias e evidenciando que essas movimentações “não se reduzem às questões musicais ou artísticas. Elas encerram, no conjunto de seus atos, uma potencialidade inventiva do político”. (TAKEUTI, 2012, p. 432) A potência micropolítica do nomadismo desses coletivos está justamente na construção de movimentos artísticos e políticos em uma cidade em que segregação, disputas territoriais, estigmatização, medo, concernentes a processos que precarizam a vida nas margens, tendem a paralisar.

3.2 Sarau Criando Redes: Re-existências LGBTQIA+ Frente a Dinâmicas Necropolíticas

Os saraus, transversais aos atos em que a EntreColetivos foi acionada, têm sido um espaço de pertencimento e partilha nômade. Nesses espaços, jovens de periferias têm produzido re-existências à necropolítica pelo engendramento de comuns, ocupando a cidade através da arte e compartilhando “experiências marginais” por meio da leitura de poemas, apresentações musicais, danças e performances diversas. Esse é seu comum, a ocupação dos espaços, por outro modo de ocupar a cidade, por diversidade e por valorização das potências políticas e culturais das periferias.

Valverde (2016), em um debate sobre como o neoliberalismo operacionaliza a necropolítica ao deixar pessoas consideradas “supérfluas” morrerem, ajuda-nos a sustentar que



os enfrentamentos à divisão que o poder faz entre pessoas “rentáveis” e “supérfluas” passam pelo juntar e o compartilhar. Nas periferias, espaços possíveis de ajuntamento, compartilhamento e potencialização de diferenças têm sido construídos pelos saraus. Silva (2019), ao refletir sobre como o “microfone aberto”, proporcionado pelo que ele chama de “encontros-saraus”, constitui-se como dispositivo de re-existência pela manifestação da “palavra aberta” e de um “saber da experiência”, argumenta que este “subverte e ao mesmo tempo ressignifica a própria noção de “sarau”, criando relações entre as pessoas e o espaço de forma não hierarquizada e descentralizada; possibilidade não somente de fala, mas, sobretudo, de escuta” (p. 52).

A criação em ato da rede EntreColetivos pode nos oferecer algumas pistas de como juventudes vêm se organizando nas margens urbanas de Fortaleza a partir de articulações entre coletivos periféricos LGBTQIA+ e se posicionado frente a um cenário necropolítico, precipuamente marcado em seus efeitos que precarizam a vida e também as suas sociabilidades. Em uma reunião para rearticulação da rede, Amateus pontua ser necessário que as reuniões pudessem criar circulações entre os territórios de atuação dos coletivos, pontuando a ética e a política de habitar a territorialidade de outre:

Cena “LGBTQIA+ maquinam alianças entre periferias” - “Temos que ter um rodízio das reuniões pelas nossas quebradas.”. A fala de Amateus lembrou a reflexão de Alê em outra reunião sobre um agregar periferias e trouxe para a cena a preocupação com transporte para voltar para casa. Ensaíamos a maquinação dum “entre” numa cidade partida. O liame podem ser os atos. Tem como maquinar sem ser em ato? Serão os atos que ainda vão atar-alhar os pedaços desta fortaleza para que consigamos circular em um chão “caminhável”? (DIÁRIO DE CAMPO, 22/05/2019)

A própria escolha pelo título da cena “LGBTQIA+ maquinam entre periferias”, feita pelos autores, vem de um entendimento de que o aliançar-se entre coletivos LGBTQIA+ surge como re-existência no que se refere à precarização em seus cotidianos, já que o aliançamento aciona a possibilidade de produzir uma linha de fuga (DELEUZE; GUATTARI, 2004) às fronteiras concretas e simbólicas criadas pela violência, tendo como efeito a paralisação dos fluxos de determinados corpos pela cidade, principalmente aqueles (des)subjetivados como desimportantes. (SILVA, 2019; DIÓGENES, 2020; SILVA et al., 2023; BARROS et al., 2023) Esse movimento de entrelaçamento entre juventudes desimportantes em Fortaleza pode ser compreendido, de acordo com Silva e Freitas (2018), como um nós dinâmico, “que defende a arte de inventar, resistir para continuar existindo, pelo uso da poesia face a face e da literatura enunciada, compartilhada, publicizada”. (p. 140) Então, se a resposta à pergunta “podem os desimportantes habitar a cidade?” tem sido dada como não por arbítrios que paralisam, maquinar alianças entre periferias tem sido um modo de re-existir, visibilizando essas lógicas e produzindo outras em rede através de práticas como as do sarau.



A invenção de modos de vida a partir do engendramento de uma rede de coletivos juvenis fica nítida quando percebe-se que a necessidade de realizar um “rodízio entre as quebradas” torna-se emergente a partir do momento em que juventudes passam a se encontrar. Ou seja, não é apenas para “colar” no evento de outre, é também para tentar habitar a territorialidade desse outre e aprender a re-conhecer as aproximações e os distanciamentos em relação à própria, o que vem sendo realizado, dentre outras ações culturais e artísticas, pelos saraus. Entender a re-existência como criação (ACHINTE, 2017) seria proporcionar um entrelaçamento para ir além de uma filiação comunitária, seria produzir política de aparecimento com es outros, notando que a vida desses outros também é a nossa vida. (BUTLER, 2018)

No caso do Sarau de Inauguração do Cuca do Lagamar, “inaugurar” foi a irreverência pensada pelos coletivos para protestar contra a escassez de políticas públicas voltadas às juventudes da cidade. A denúncia no formato sarau tornou nítida uma necropolítica (MBEMBE, 2017) em curso que se expressa não só no número de vitimizações de jovens negros e periféricos como também no impedimento dos que ficam existir, tentando tirar deles a possibilidade de caminharem com a arte e se fazerem nela. No entanto, o que se tornou audível no palco do sarau foi:

Nós não vamos esperar por eles pra fazer o que a gente sabe. A gente não tá cobrando qualquer coisa não. A ideia de um CUCA para o Lagamar partiu de grandes mobilizações comunitárias que conseguiram fazer com que entrasse no orçamento participativo do município. As juventudes do Lagamar, de Fortaleza, sobretudo as periféricas, sempre se recriam e por isso aproveitam esse momento pra, através da arte e da cultura, continuar esse processo de luta por um equipamento pra juventudes numa comunidade com mais de 14 mil habitantes. Aqui não tem nenhuma área de lazer pra juventude, pras famílias. A gente tem que se somar nessa luta, que é uma luta de todo dia pela juventude. (Fala de J., registrada em diário de campo)

A proposta de abertura do equipamento inexistente registra um ato contra o desmonte da coisa pública, um ato pela ocupação do espaço público, que no caso não é uma praça, mas um viaduto. A escolha pelo viaduto para inaugurar o Cuca do Lagamar nesse espaço que já vem sendo usado precariamente para a realização de eventos juvenis.

O sarau de inauguração do Cuca do Lagamar, mesmo com todos os imprevistos, aconteceu e pôde criar a rede EntreColetivos “em ato”, “agregando periferias”, como fora proposto desde o início nas reuniões. Além do Flor no Asfalto, coletivo que vinha propondo o sarau em sua territorialidade de atuação, estiveram presentes PoloTrans e GuetoQueen, com integrantes compondo as atrações artísticas do evento. O sarau foi um vetor de multiplicidades debaixo do viaduto, em que a aliança pôde ser praticada por meio da arte. A cena que segue diz um pouco dessa multidão em rede:

Cena “Sarau-rede: aliança pela arte” - O teto é um viaduto que cruza uma periferia da cidade. Além dos jovens, participam alguns espectadores fugazes, motorizados, espectadores nos pequenos estabelecimentos adjacentes e curiosos do pequeno palco



colorido a sete cores, formado abaixo das linhas invisíveis do concreto cinza e sugerindo uma parada aos olhos ligeiros de motoristas e passageiros que cruzam a rotatória. É ali que as galeras se juntam e fazem da presença de seus corpos uma galeria artística e política do comum. O sarau-viaduto faz ver e falar desigualdades e também multiplicidades, a denúncia de mundos, o anúncio de outros. O sarau-viaduto “inaugura” o equipamento de cultura, arte, ciência e esporte imaginado. Na frente cultural e artística, a *rapper* travesti rima: “Nesta vida eu já cheguei quase a partir, com medo de seguir, mas hoje eu entendi o porquê escolhi sobreviver. Eu transgredi o meu ser, e aprendi um pouco de maldade para poder sobreviver”. (DIÁRIO DE CAMPO, 05/01/2019)

A cena “Sarau-rede: aliança pela arte” nos remete a devires-periferia (LACAZ; LIMA; HECKERT, 2015) e ao que nós, na autoria deste artigo, chamamos de “devires-bixa”. Esses devires se transversalizam neste acompanhamento, realizado na pesquisa-inter(in)venção, das movimentações “periférico-bixas”. E o que é devir? Segundo Deleuze e Parnet (1998), devir não tem nada a ver com fazer imitações para se chegar a um modelo, notabilizamos que “um encontro é talvez a mesma coisa que um devir [...]” (p. 14). Fazer um desenho e não um decalque, fazer uma geografia e não uma história, entrar pelo meio e não pelo começo. Um encontro é uma experimentação. Fazer devir é fazer aliança. (DELEUZE; GUATTARI, 2008)

Devir periférico, portanto, estaria relacionado à invenção de campos de referência alternativos a formas constituídas e cristalizadas no que diz respeito às periferias, anunciando “territorialidades diversas” às engendradas por olhares dominantes. (LACAZ; LIMA; HECKERT, 2015) Assim, o espaço-tempo sarau vem provocando fissuras ao estabelecido ao criar redes que comunicam e potencializam devires periféricos. A rede EntreColetivos, na proposição de um sarau para a sua criação, possibilitou o aparecimento de um “devir-periférico bixa” ao articular territorialidade, gênero, raça e geração na produção de um “rolê comum”.

Nessa experimentação-encontro, esses devires-periferia estariam se expressando pelo que Silva (2019) chama de ética da “mermazárea”, isto é, pela intersecção de periferias, pela “relação de cuidado mútuo, solidariedade e desprendimento por meio da extensão e não por *filiação*” (p. 174). O sarau-rede, neste caso, seria o gerador para essas extensões.

Entendemos a ética da “mermazárea”, expressão local que pode ser compreendida como um fazer extensão de territorialidades distintas pela possibilidade da passagem, no desfazer de fronteiras simbólicas sedimentadas por conflitos territoriais e intervenções ostensivamente armadas, como um cruzamento entre periferias, agenciado aqui entre coletivos LGBTQIA+. Desse modo, conectamos a noção de subjetividades insurgentes (HUR, 2018) com a de re-existência (ACHINTE, 2017), compreendendo que insurgir-se contra as iniquidades, desigualdades e assimetrias faz-se pela potencialização de modos de pensar e existir destoantes de padrões erigidos pela modernidade ocidental, calcados na normatividade masculinista, cis, hétero, branca, eurocêntrica etc., que também forjam a racionalidade neoliberal na atualidade.



4 Considerações finais

Ao discutir a produção do comum a partir das articulações de coletivos juvenis LGBTQIA+ de periferias como dispositivo de re-existência frente à precarização da vida, pudemos acompanhar um movimento de ampliação e intersecção de pautas, que, para além do enfrentamento histórico das “LGBTQIA+fobias”, coloca-se conectado com o debate do direito à cidade e do modelo de segurança pública implementado nos territórios. Argumentamos que essas articulações juvenis, que se dão por meio da produção de um comum entre singularidades, vêm se constituindo como re-existência (ACHINTE, 2017) por aliançarem corpos que têm a maximização da precariedade de suas vidas (BUTLER, 2015) como operacionalização de uma lógica necropolítica. (MBEMBE, 2016)

Notamos nessa intersecção de experiências, como debate Hur (2018), o entrelaçamento de corpos, que materializa a noção de “agenciamentos coletivos nômades”, sendo estes, desde as margens, capazes de produzir forças distintas daquelas do Estado e do capital ligadas a práticas totalizantes e homogeneizadoras. Por isso, é possível ressaltarmos que tais processos de subjetivação têm sido produzidos a partir da composição de laços de solidariedade pela autogestão e transversalidade, em que, para além de pautas políticas formais, busca-se uma mobilização que promova o fortalecimento de práticas culturais nas periferias, a exemplo dos saraus.

As cenas que analisamos nos dão pistas de como se re-existe em rede e de como articulações juvenis LGBTQIA+ têm agregado pessoas nas periferias, misturando-as e potencializando-as por meio do que chamamos de “rolês comuns” e do que Silva (2019) nomeia de ética da “mermazárea”, apresentando como característica o fato de não se fixarem às institucionalidades e praticarem políticas nômades a partir de ações criativas e singularizantes, possibilitando o engendramento de subjetividades insurgentes. (HUR, 2018) LGBTQIA+ acionam, em seus cotidianos, devires periféricos, processos que vêm sendo produzidos por meio de forças de invenção de modos de existência destoantes dos modos de vida dominantes, afirmando regimes outros de visibilidade e dizibilidade, em que territorialidades periféricas passam a ser visibilizadas e dizibilizadas pela potência de re-existir. (ACHINTE, 2009)

Assim, a EntreColetivos vai ao território e, em local simbólico, “inaugura”- reivindica o tão esperado equipamento público, e o sarau realizado coloca em evidência a escassez de políticas públicas voltadas às juventudes periféricas. Ao mesmo passo que isso foi tornado visível, as bixas dos coletivos também mostraram uma política e uma estética do encontro debaixo do viaduto, transmutando-o em um equipamento de juventude, uma espécie de Cuca sem órgãos, um corpo intensivo atravessado por dança, teatro e outras performances de rua, “convidando as identidades



ao mergulho na agitação das diferenças”. (BARROS, 1997, p. 191) A poesia que aparece como um convite-performance de uma das participantes da EntreColetivos - Yna Travesty, ao mergulho nas agitações: ela canta rap, faz poesia com o corpo e erige a sua mensagem: do viaduto que atravessa uma periferia: “é preciso ocupar os espaços da cidade e com a união dos nossos corpos existirmos. A gente resiste debaixo do viaduto via afeto”. (DIÁRIO DE CAMPO, 2019) Mais uma vez reproduzimos a cena “Sarau-rede aliança pela arte”, que apresenta a síntese do seu processo.

Referências

ABRAMO, Helena. *Estação Juventude: conceitos fundamentais: pontos de partida para uma reflexão sobre políticas públicas*. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Juventude, 2014.

ACHINTE, Adolfo Albán. Pedagogías de la re-existêcia: artistas indígenas y afrocolombianos. In: PALERMO, Zulma. et al. *Arte y estética en la encrucijada descolonial*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2009. p. 443-468.

ACHINTE, Adolfo Albán. *Prácticas creativas de re-existêcia: más allá del arte... el mundo de lo sensible*. Buenos Aires: Del Signo, 2017.

AGUIAR, Kátia Faria de; ROCHA, Marisa Lopes da. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 27, n. 4, p. 648-663, 2007.

AVELAR, Juliana Nogueira. Lutas sociais no Lagamar: demarcando diferenças e constituindo identidades juvenis. *XV encontro de ciências sociais do norte e nordeste e pré-atas Brasil*. 04 a 07 de setembro de 2012, UFPI, Teresina-PI. Grupo de Trabalho 19 - Juventudes, territorialidades e identidades. Universidade Federal do Ceará, 2012.

BARROS, João Paulo Pereira et al. Pacificação nas periferias: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza, *Revista de Psicologia*, v. 9, n. 1, p. 117-128, 2018.

BARROS, João Paulo Pereira et al. Festival das Juventudes: re-existências periféricas durante a pandemia da Covid-19. *Psicologia Argumento (PUCPR)*, v. 41, n. 112, p. 2753-2777, 2023.

BARROS, Leticia Maria Renault de; BARROS, Maria Elizabeth Barros. O problema da análise em pesquisa cartográfica. *Fractal, Rev. Psicol.*, v. 25, n. 3, p. 373-390, 2013.

BENICIO, Luis Fernando de Souza et al. Necropolítica e Pesquisa-Intervenção sobre Homicídios de Adolescentes e Jovens em Fortaleza, CE. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, p. 192-207, 2018.

BORGES, Juliana. *Encarceramento em massa*. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.



BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2018.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro et al. *Atlas da Violência 2019*. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Ipea, 2019.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Livia. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA, Paulo Cesar Pontes; IULIANELLI, Jorge Atílio Silva (Orgs). *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003. p. 19-37.

COLAÇO, Veriana de Fátima Rodrigues; ADRIÃO, Karla Galvão; MENEZES, Jaileila de Araújo. Implicações políticas na pesquisa-intervenção com jovens. *Revista de Psicologia*, v. 9, n. 1, p. 8-17, 2018.

CORBO, Claudio. Pobreza e desenvolvimento humano. *Jus Navigandi*, 2017. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/55379>. Acesso em: 16 jun. 2023.

COSTA, Aldemar Ferreira da; BARROS, João Paulo Pereira. “Célula de proteção comunitária”: efeitos no cotidiano de jovens negros em Fortaleza. *Psicologia em Pesquisa*, v. 13, n. 3, p. 173-192, 2019.

COSTA, Érica Atem Gonçalves de Araújo; BARROS, João Paulo Pereira. Intergeracionalidades em análise: (re) composições ético-estético-políticas em pesquisas-inter (in) venções com crianças e adultos. *Desidades: Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude*, n. 28, p. 127-139, 2020.

COSTA, Érica Atem Gonçalves de Araújo; MOURA JUNIOR, James Ferreira; BARROS, João Paulo Pereira. Pesquisar n(as) margens: especificidades da pesquisa em contextos periféricos. In: CERQUEIRA-SANTOS, Elder; ARAÚJO, Ludgleydson Fernandes de (Org.). *Metodologias e Investigações no Campo da Exclusão Social*. 1ed. Teresina: EDUFPI, 2020. p. 13-31.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. São Paulo: Editora Escuta, 1998.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v. 3. São Paulo: Editora 34, 2004.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v. 4. São Paulo: Editora 34, 2008.

DIÓGENES, Glória. Juventude, exclusão e construção de políticas públicas: estratégias e táticas. In: MENDONÇA FILHO, Manoel; NOBRE, Maria Teresa. *Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa*. Salvador: Edufba, 2009, p. 271-288.

DIÓGENES, Glória. Cidade, arte e criação social: novos diagramas de culturas juvenis da periferia. *Estudos Avançados*, v. 34, n. 99, p. 373-390, 2020.

FACCHINI, Regina. Múltiplas identidades, diferentes enquadramentos e visibilidades: um olhar para os 40 anos do movimento LGBT.



In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda. 2018. p. 21-25.

FORTALEZA. *Prefeitura apresenta estudo sobre Desenvolvimento Humano por bairro*. Prefeitura de Fortaleza: 20 de fevereiro de 2014. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-apresenta-estudo-sobre-desenvolvimento-humano-por-bairro>. Acesso em: 21 dez. 2022.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

GUATTARI, Félix. Políticas. In: GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. p. 149-238.

HUR, Domenico Uhng. Movimentos Sociais nômades. In: HUR, Domenico Uhng. *Psicologia, política e esquizoanálise*. Campinas: Alínea, 2018. p. 67-184.

KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia. (Org.). *Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum*. Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 15-42.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LACAZ, Alessandra Speranza; LIMA, Silvana Mendes; HECKERT, Ana Lúcia Coelho. Juventudes periféricas: arte e resistências no contemporâneo. *Psicologia & sociedade*, v. 27, n. 1, p. 58-67, 2015.

MACHADO, Marília Novais da Mata; ROEDEL, Sonia; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. Missão Lapassade-1972: coincidências analisadoras. *ECOS - Estudos contemporâneos da subjetividade*, ano 7, v. 2, p. 304-318, 2018.

MAIA, Gretha Leite. A juventude e os coletivos: como se articulam novas formas de expressão política. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*, v. 8, n. 1, p. 58-73, 2013.

MARINHO, Camila Holanda. Trajetórias juvenis e lutas por reconhecimento: quando ser jovem é um grande risco. In: COLAÇO, Veriana de Fátima Rodrigues et al. (Org.). *Juventudes em Movimento: experiências, redes e afetos*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2019. p. 239-255.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios*. Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, 2016.

MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017.

MEDRADO, Benedito; SPINK, Mary Jane Paris; MÉLLO, Ricardo



Pimentel. Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In: SPINK, Mary Jane Paris; BRIGAGÃO, Jacqueline Isaac Machado; NASCIMENTO, Vanda Lúcia Vitoriano do; CORDEIRO, Mariana Prioli (Orgs.). *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 274-294.

MENDES, Wallace Goes; SILVA, Cosme Marcelo Furtado Passos da. Homicídios da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) no Brasil: uma análise espacial. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 1709-1722, 2020.

OLIVEIRA, Kaynã. Linguagem neutra pode ser considerada movimento social e parte da evolução da língua. *Rádio USP*, 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=390959>. Acesso em: 16 jun. 2023.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. Por uma política da narratividade. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. *Pistas do método da cartografia*. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 150-171.

PONTES, Ana Vitória; ROCHA, Dandara; FRANÇA, Erika; CAPISTRANO, Mathu; AZEVEDO, Pietra. Cartas para além das fronteiras de travestis periféricas. In: SOUZA, Ana Lúcia Silva (org). *Cultura política nas periferias: estratégias de reexistência*. São Paulo: FPA, 2021. p. 105-126.

REIS, T. (org.) *Manual de comunicação LGBTI+*. 2ª edição. Aliança Nacional LGBTI/ GayLatino, 2018.

REYES, Alejandro. *Vozes nos porões: a literatura periférica/marginal do Brasil*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2013.

REVEL, Judith. Resistências, subjetividades, o comum. *Lugar Comum*, v. 1, n. 1, p. 107-114, 2012.

SILVA, Francisco Rômulo do Nascimento; FREITAS, Geovani Jacó de. Práticas poéticas: juventude, violência e insegurança em Fortaleza. *Tensões Mundiais*, v. 14, n. 26, p. 129-155, 2018.

SILVA, Francisco Rômulo do Nascimento. *Rede de afetos: práticas de reexistências poéticas na cidade de Fortaleza*. 2019. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade - MAPPS) - Centro de Estudos Sociais Aplicados - Cesa, Universidade Estadual do Ceará (Uece), Fortaleza, 2019.

SILVA, Dagualberto Barboza da et al. Produções literárias e audiovisuais nas periferias de Fortaleza: (re)inventando territórios de infâncias e juventudes periféricas. *Revista de Psicologia*, v. 14, n. 1, p. 1-16, 2023.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

TAKEUTI, Norma Missae. Paradoxos sociais e juventude contemporânea. *Estudos de Psicologia*, v. 17, n. 3, p. 427-434, 2012.

TAVARES, Nayara dos Santos; PAVEL, Conrado Pável de; CALAIS, Lara Brum de. Juventudes e coletivização das relações na transformação



política da sociedade. *Cadernos de Psicologia*, v. 2, n. 4, p. 419-440, 2020.

VALVERDE, Clara. El neoliberalismo aplica la necropolítica, deja morir a las personas que no son rentables. *El diario.es*, 2016. Disponível em: https://www.eldiario.es/catalunya/neoliberalismo-aplica-necropolitica-personas-rentables_1_4208321.html. Acesso em: 21 dez. 2022.

